

DA EVOLUÇÃO DA ECONOMIA PORTUGUESA NO PERÍODO DA GUERRA DO ULTRAMAR (1961-1973)

*ON THE EVOLUTION OF THE PORTUGUESE ECONOMY
DURING THE COLONIAL WAR (1961-1973)*

Luís Carlos Falcão Escorrega

Major de Infantaria

Investigador integrado do CISDI

Docente da Área de Ensino de Estratégia

Instituto de Estudos Superiores Militares

Lisboa, Portugal

luisescorrega@gmail.com

Resumo

O principal enfoque deste artigo é a evolução da economia portuguesa no período em que decorreu a guerra do ultramar. Faz uma breve análise ao contexto económico global nesse período e descreve a evolução económica portuguesa, resumindo os aspetos mais relevantes em cada um dos anos em causa; analisam-se ainda as principais razões do sucesso económico português e, de forma sucinta, as despesas do país com a guerra.

O contexto económico mundial no período em causa foi marcado por dinâmicas como as tentativas de integração económica, a liberalização das trocas de bens e serviços e o crescimento das economias atrasadas, mas também pelo aumento da inflação e problemas cambiais. Perante tais dinâmicas, Portugal abandona a sua postura isolacionista do pós-guerra, integra-se no sistema económico mundial e desenvolve um conjunto de medidas e políticas económicas que lhe permitem atingir níveis de crescimento económico notáveis. O aumento das despesas com o setor da Defesa, principalmente as extraordinárias, traduziam a resposta financeira do país às necessidades operacionais que a guerra suscitava.

Palavras-chave: Economia Portuguesa, Guerra do Ultramar, “Período de ouro” da economia Portuguesa.

Como citar este artigo: Escorrega, L., 2015. Da Evolução da Economia Portuguesa no Período da Guerra do Ultramar (1961-1973). *Revista de Ciências Militares*, maio de 2015 III (1), pp. 411-430.
Disponível em: <http://www.iesm.pt/cisdi/index.php/publicacoes/revista-de-ciencias-militares/edicoes>

Abstract

This academic essay aims the progress of the Portuguese economy in the period between 1961 and 1973. It assesses the global economic environment during this period, describes the Portuguese economic developments, summarizing the most relevant aspects in each of the thirteen years, and analyzes the main causes of the Portuguese economic success. The global economic context in this period was characterized by some dynamics such as the attempts of economic integration, the liberalization of trade and the growth of less developed economies, but also by increasing inflation rates and currency and exchange problems. In the framework of these dynamics, Portugal abandoned its isolationist postwar posture, integrated in the global economic system and developed a set of economic measures and policies that allowed the country to achieve remarkable levels of economic growth.

Keywords: *Portuguese economy, Colonial War, “Golden age” of Portuguese economy growth.*

Introdução

O período entre 1961 e 1974 pode ser considerado, para todos os efeitos, uma demonstração admirável da capacidade estratégica militar portuguesa. Como refere John P. Cann, um reputado militar e académico norte-americano, é “um feito notável que Portugal, em 1961, conseguisse mobilizar um exército, o transportasse para as suas colónias em África, a muitos milhares de quilómetros, aí estabelecesse numerosas bases logísticas (...), de maneira a fornecer-lhe apoio, o preparasse com armas e equipamento especial e o treinasse para um tipo de guerra muito específico” (Cann 1998, p. 19).

Nesse período, a economia portuguesa desempenhou um papel fundamental na consecução dos objetivos políticos, através de duas funções principais: 1) como instrumento estratégico para exercer influências junto de determinados países; e 2) como sistema genético gerador do potencial estratégico nacional. No âmbito da primeira função, a operacionalização ficou evidente, por exemplo, no III Plano de Fomento (1968-1973) através de três importantes linhas de ação: a) Com a África do Sul, aproveitar a sua predisposição para importantes investimentos em Angola e em Moçambique e assim acomodar os objetivos portugueses de defesa do ultramar; b) Com a Rodésia, utilizar a economia para reforçar a sua influência sobre Ian Smith para que decidisse declarar a independência unilateral e para garantir a sua sobrevivência política; c) Com a Zâmbia e Malawi, utilizar a economia para os seduzir a uma colaboração efetiva contra os movimentos de libertação (cfr. III Plano de Fomento 1968-1973). Contudo, a finalidade principal deste artigo prende-se em particular com a segunda função, identificando como objetivos principais: *i) contextualizar a economia portuguesa no quadro*

da economia global; ii) caracterizar a economia portuguesa nas suas dimensões gerais; e iii) identificar as principais causas do comportamento da economia, e, dessa forma contribuir para aprofundamento do conhecimento sobre o potencial estratégico nacional no período 1961-1973. Evidenciada sucintamente a relevância da temática em questão, importa ainda referir que, por razões de acesso a fontes primárias¹, se delimitou o objeto de estudo à economia portuguesa da metrópole, não deixando contudo de, obrigatoriamente e em determinados aspetos, associar as outras parcelas do então território português.

Este artigo articula-se assim em quatro partes distintas, mas complementares. Numa primeira parte, faz-se uma breve análise ao contexto económico global no período em questão; em seguida, descreve-se a evolução económica portuguesa, resumindo aqueles aspetos que se consideram mais relevantes em cada um dos anos em causa; posteriormente analisam-se as principais causas do sucesso económico português; por fim, nas conclusões, sintetizam-se os aspetos mais relevantes que permitem encontrar respostas aos objetivos estabelecidos.

1. A conjuntura económica global

Dada a temática em análise, é fundamental começar por uma breve análise do contexto económico global no período em questão, período esse de forte crescimento mundial, principalmente na Europa e na Ásia, com o PIB *per capita* a crescer em média 2,9% ao ano e as exportações a progredir cerca de 7% (Mateus 1998, p. 79).

Quando a guerra se inicia em Angola, em 1961, a conjuntura económica internacional caracteriza-se por movimentos díspares entre os grandes blocos político-económicos, situação aliás compreensível em virtude das diferenças de estrutura e de estado de desenvolvimento dessas economias. Na Europa Ocidental assistia-se ao afrouxamento do ritmo geral de expansão da produção global de bens e serviços, em virtude especialmente da escassez relativa de mão-de-obra especializada. Os Estados Unidos conseguiam nesse ano uma recuperação económica apreciável, mercê fundamentalmente dos efeitos da política de despesas do sector público e da reconstituição de *stocks*; contudo, o seu elevado nível de desemprego e o desequilíbrio nos pagamentos internacionais, impediam uma maior recuperação da crise dos anos anteriores. No resto do mundo, da África à América Latina e à Ásia, a conjuntura económica era caracterizada pela persistência dos problemas relativos à intensidade das pressões inflacionistas, à necessidade de acelerar o processo de crescimento económico e à diminuição das reservas de ouro e divisas, problemas que se agravaram nesse ano pela quebra dos preços de matérias-primas e produtos alimentares nos grandes mercados internacionais (Banco de Portugal 1962, pp. 9-10).

Além disso, três dinâmicas profundas marcam o contexto económico global de então: integração económica, liberalização das trocas de bens e serviços, e crescimento das economias atrasadas. Na Europa, na América Latina, na Ásia e em África assistia-se a uma dinâmica sem precedentes de integração económica, sob a forma de zonas de trocas livres

¹ Das que se realçam os relatórios anuais do Banco de Portugal, compreendidos entre 1961 e 1973.

ou de uniões aduaneiras; associado a essa dinâmica integradora, constatava-se a procura da liberalização das trocas de bens e serviços e das transferências, objetivo que as organizações económicas prosseguiram de maneira insistente; por fim, as questões do desenvolvimento económico e da ajuda às economias subdesenvolvidas tinham naturais e significativos impactos na economia global (Banco de Portugal 1962, p. 11).

No período entre 1961 e 1966 os principais caracterizadores da economia global podem-se resumir aos esforços internacionais no sentido da liberalização das trocas de mercadorias, serviços e capitais e da estabilização dos grandes mercados de produtos de base, a melhoria das condições de assistência técnica e financeira às estruturas subdesenvolvidas, os receios da inflação e de certos desequilíbrios cambiais e a questão da liquidez. Na Europa Ocidental verificava-se a contenção da expansão económica em virtude da adoção de medidas para conter o aumento das pressões inflacionistas e nos EUA, apesar do aumento do produto nacional bruto e do incremento do excedente da balança comercial, continuavam a acumular-se *deficits* na balança geral de pagamentos internacionais, o que justificava as apreensões das autoridades norte-americanas e alimentava a discussão da necessidade de uma revisão do regime monetário internacional assente no dólar (Banco de Portugal 1965, pp. 41-42). Nas economias denominadas «em vias de desenvolvimento», o crescimento mostrava-se mais regular e, na generalidade dos casos, sem pressões inflacionistas consideráveis. Pelo contrário, as estruturas subdesenvolvidas continuavam a debater-se com situações de «inflação aberta», ou de séria instabilidade político-social, ao mesmo tempo que agravavam o seu endividamento externo (Banco de Portugal 1966, p. 37).

A partir de 1967 as pressões inflacionistas atenuaram-se e, para as combater, a maior parte dos países adotaram orientações menos expansionistas ou até deliberadamente restritivas (Banco de Portugal 1967, pp. 41-42), que contudo, tiveram em muitos países o efeito natural de frear a expansão económica, contribuindo dessa forma para uma situação global caracterizada por afrouxamentos mais ou menos pronunciados da atividade económica (Banco de Portugal 1968, p. 43). Apesar do crescimento económico no conjunto dos países da OCDE², as políticas económicas adotadas na generalidade dos países seguiram uma orientação nitidamente restritiva, na medida em que visaram conter a subida dos preços internos dentro de proporções razoáveis e eliminar o desequilíbrio dos pagamentos externos. A entrada em vigor em certos países do Mercado Comum, nesse ano, da chamada «taxa de valor acrescentado», contribuía para a alta dos preços no consumidor; contudo, o forte aumento do consumo privado, em conjuntura generalizada de expansão e de rendimentos mais elevados, constituía uma das principais causas da inflação na Europa (Banco de Portugal 1970, pp. 43-45).

Em 1970 a liquidez mundial aumentava a um ritmo mais ajustado do que em anos

² O produto interno bruto do conjunto dos países europeus da OCDE registou em 1969 um aumento de 6 por cento, em comparação com 5 por cento em 1968. Na maior parte das nações da Europa Ocidental verificou-se uma aceleração nítida do ritmo da atividade económica, em particular no sector industrial. Entre os fatores que mais contribuíram em 1969 para a intensificação da atividade económica na Europa salientaram-se a procura externa, a formação de capital fixo e o consumo privado, apesar de este último ter sido objeto de medidas restritivas em vários países (Banco de Portugal 1970, pp. 43-45).

precedentes à expansão do comércio e dos pagamentos internacionais – também devido à primeira distribuição dos «direitos de saque especiais»³ – beneficiando principalmente os países credores, pelo que se manteve uma situação de insuficiente liquidez externa em grande número de países. Nas economias do “terceiro mundo” os problemas estruturais mantinham-se, e a instabilidade política e as nacionalizações recentravam o problema da criação de um sistema multilateral de garantia dos investimentos e dos bens estrangeiros (Banco de Portugal 1971, pp. 41-43). A partir de 1970 foram postos em vigor, por forma mais extensa e generalizada do que até então, condicionamentos diretos dos preços, dos salários e de outros rendimentos, do mesmo passo que às políticas monetária, fiscal e orçamental era conferida uma ação expansionista, de estímulo da economia, sobretudo à medida que o abrandamento da produção e o desemprego se tornavam mais pronunciados. Nesse sentido, assistiu-se, em particular, a reduções sucessivas das taxas oficiais de desconto, à supressão ou atenuação das restrições quantitativas e qualitativas à concessão de crédito bancário, e ao aumento das despesas públicas. É de realçar que nos países com maior projeção nos aspetos monetário e financeiro as tensões inflacionistas foram agravadas em 1971, pelos efeitos da crise monetária internacional, em grande parte devido ao aumento rápido do desequilíbrio dos pagamentos externos dos Estados Unidos. Com efeito, as importações de capitais especulativos a curto prazo atingiram em certas economias proporções sem precedentes, provocando elevada progressão da liquidez nos mercados monetários nas economias em geral, o que levou a que se tomassem providências especiais de natureza cambial, tais como a adoção simultânea e praticamente generalizada, durante vários meses, do regime de livre flutuação dos câmbios e a introdução, ou o reforço, de restrições às importações de capitais a curto prazo (Banco de Portugal 1972, pp. 47-49).

Em 1972 e 1973 a evolução da conjuntura económica internacional era caracterizada, principalmente, pelo facto de a intensificação considerável da atividade económica nos países participantes da OCDE, em particular nos mais industrializados, ser acompanhada por forte inflação, de ritmo bastante superior à de anos precedentes, ao mesmo tempo que os níveis de desemprego da mão-de-obra se mantinham relativamente elevados em alguns deles; apesar de algumas medidas concertadas, principalmente no âmbito da CEE e da OCDE, a luta contra a inflação nos países industrializados revelavam-se, em regra, de carácter ainda parcial e limitado. Devido ao agravamento muito acentuado do *deficit* da balança comercial norte-americana – o que desencadeou um movimento de desconfiança e de especulação contra o dólar – assistiu-se nesse ano a perturbações mais ou menos intensas dos mercados cambiais. Nesse sentido, assumiam amplitude sem precedentes as operações de apoio ao dólar, daí resultando uma utilização intensiva dos créditos *swap*⁴ acordados pelos bancos centrais entre

³ “Uma forma de ativo financeiro internacional criado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) em 1970 e que é por ele administrado. Destinava-se a ser um meio de pagamento internacional que suplementaria o papel desempenhado pelo ouro e pelos dólares americanos no saldar das balanças de pagamentos entre os países. Os DSE podem ser trocados por moedas nacionais junto do FMI ou ser detidas por um país como parte das suas reservas. São apenas trocados entre bancos centrais, não sendo utilizados nas transações comerciais. São igualmente utilizados como unidade de conta internacional, sendo o seu valor determinado através da média ponderada das cinco principais moedas do comércio internacional” (Serra 2003).

⁴ “Swap” é uma transação financeira em que duas partes concordam em trocar fluxos de pagamentos ao longo de um período de acordo com uma regra predeterminada. Uma “swap” geralmente é utilizada para transformar a exposição (risco) de mercado associada a um empréstimo ou obrigação realizados com base numa moeda ou taxa de câmbio

si. As nações menos desenvolvidas da Ásia, da África e da América Latina terão beneficiado, em certa medida, da já referida conjuntura de expansão dos países industrializados, mas a sua situação no conjunto não terá melhorado de forma significativa em relação a períodos anteriores. Na Europa, a cooperação económica registava progressos apreciáveis com a conclusão em 1973 do processo de adesão de três novos membros (Reino Unido, Irlanda e Dinamarca) à Comunidade Económica Europeia (Banco de Portugal 1973, pp. 45-47), o que traria implicações para Portugal, como veremos adiante.

2. Evolução anual da conjuntura económica portuguesa

A conjuntura económica portuguesa no período em análise pode, de uma maneira geral, ser caracterizada pelo crescimento muito significativo da economia, interessando por isso uma breve análise anual da sua evolução.

Em 1961, a conjuntura económica no país era marcada por fatores complexos, nomeadamente: a imperiosa necessidade da defesa dos territórios nacionais e o objetivo de aceleração do processo de desenvolvimento económico; a tendência revelada no quadro das transações externas e facilitada pela liberalização crescente das trocas de mercadorias; a acentuação de pressões sobre o mercado monetário e as grandes oscilações observadas nas bolsas de valores; o relativo retraimento de poupanças e a insuficiência do mercado nacional de capitais; a evolução das despesas públicas e a procura por parte do Estado de capitais a médio e longo prazo (Banco de Portugal 1962, p. 37). Neste quadro – interno e externo – era assumida a situação “particularmente delicada e de importância excecional” da economia portuguesa (Banco de Portugal 1962, p. 38).

O ritmo de crescimento da produção nacional de bens e serviços terá sido em 1962 inferior ao obtido em 1961 devido, em particular, não só à fraca recuperação evidenciada pelo produto agrícola, mas também ao abrandamento da atividade do sector industrial. No âmbito do comércio externo, contraíam-se as importações mas aumentavam notavelmente as exportações de bens e serviços. Num contexto caracterizado pelos imperativos de defesa da integridade territorial e pelos esforços para estimular o desenvolvimento económico do País, é de relevar o conjunto de diplomas legais⁵ sobre a eliminação de direitos alfandegários e a abolição de restrições quantitativas respeitantes às trocas de mercadorias entre territórios nacionais, procurando-se assim assegurar a estabilidade financeira interna e elevar o grau de solvabilidade exterior da moeda nacional (Banco de Portugal 1963, pp. 35-36).

Em 1963, em Portugal a produção nacional de bens terá sido inferior à verificada no ano anterior em consequência, fundamentalmente, dos fracos resultados da produção agropecuária e da insuficiente progressão das indústrias transformadoras. Entretanto,

(termos fixos ou taxa flutuante) para outra (Serra, 2003).

⁵ Principalmente no Decreto-Lei n.º 44016. Mas também se “procedeu à regulamentação do exercício do comércio de câmbios, à determinação do regime dos pagamentos interterritoriais, à instituição do Sistema de Compensação e Pagamentos do Espaço Português e à criação do Fundo Monetário da Zona do Escudo. Além disto, pelo Decreto-Lei n.º 44652 precisaram-se os termos gerais de um programa de ação do Governo nos principais domínios por que deve repartir-se uma política conducente a fomentar o desenvolvimento económico e constitutiva dos apoios indispensáveis à realização dos objetivos de unificação dos mercados e integração progressiva das economias territoriais” (Banco de Portugal 1963, p. 36).

aumentava a oferta global, em virtude do aumento das importações e, por outro lado, do acréscimo nas exportações de bens e serviços, o que se traduzia igualmente no aumento da procura interna. Tal como no ano anterior, a balança geral de pagamentos da zona do escudo voltava a apresentar um excedente (Banco de Portugal 1964, pp. 77-78).

Em 1964 assiste-se a uma quebra no sector agro-pecuário (cfr. tabela I) e, apesar da progressão nas indústrias transformadoras e construção e na grande maioria das atividades terciárias, o ritmo de crescimento económico abrandava relativamente ao ano anterior. Apesar disso, a oferta global aumentava em virtude do incremento da importação e exportação de bens e serviços, com particular relevo para as mercadorias e receitas de turismo. Ao maior volume dos rendimentos formados internamente juntava-se um significativo acréscimo de transferências privadas do estrangeiro. A balança geral de pagamentos da zona do escudo apresentava em 1964 um novo excedente, muito mais vultoso que o alcançado em 1963, repercutindo-se sobre as reservas de ouro e divisas (Banco de Portugal 1965, pp. 89-90).

Tabela I – Índice de produção agrícola (Base: 1947=100)

	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973
Cereais	133,1	160,2	151,4	139,1	145,6	114,9	156,2	170,4	134,1	146,2	171	147,5	132,9
Tubérculos e Legumes	111,7	96	117,8	117,1	90,6	97,2	127,7	109,5	110,7	118,2	111	109,7	99,3
Vinho	73,4	151	128,4	134,5	145,9	88,3	96,3	115,6	107,8	112	87,4	81,1	102,6
Azeite	123,5	57	106,5	44,2	77,4	40,7	86,4	57,1	67,2	72,2	45	57,8	38,9
TOTAL	109,1	125,3	129,3	118,3	120,9	92,1	121,7	122,2	121,8	118,4	113,2	105,7	101,9

Fonte: Relatórios do Banco de Portugal 1961-1973

Em 1965 assistia-se a uma dinâmica expansionista da economia, em reflexo dos impulsos advinentes do crescimento da procura interna e da procura externa de bens e serviços. O recurso aos mercados exteriores para satisfação da procura global de bens de consumo e de produção – estimulada, ainda, pelos efeitos nos rendimentos disponíveis do incremento das transferências privadas e na capacidade financeira das vultosas importações de capital – alargava-se entretanto. Mas a balança geral de transações correntes com o exterior mostrava, apesar disso, um acréscimo apreciável do seu excedente, a que se juntava um outro, bem mais quantioso do saldo da balança de operações de capital com o estrangeiro e Ultramar. Contudo, o equilíbrio entre a oferta e procura globais realizava-se a nível mais elevado dos preços médios dos bens e serviços, relativamente a anos anteriores intensificando-se as pressões sobre os preços (cfr. tabela II), cujos índices acusavam um sentido de alta mais forte que nos anos precedentes, evidenciando assim uma tensão inflacionista (Banco de Portugal 1966, pp. 85-88).

Tabela II – Índice geral dos preços por grosso em Lisboa (Base: 1948=100)

1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973
118	119	120	121	125	130	135	140	145	150	153	162	180

Fonte: Relatórios do Banco de Portugal 1961-1973

Em 1966 a expansão da economia portuguesa experimentava certo afrouxamento. A taxa de acréscimo da produção nacional de bens e serviços diminuía em consequência, sobretudo, da quebra registada no produto do sector agropecuário e do abrandamento no ritmo de aumento do produto originário das indústrias transformadoras. A procura global de bens e serviços no mercado nacional acentuava-se consideravelmente, em virtude da elevação dos rendimentos médios da maioria da população, do afluxo de turistas estrangeiros, dos encargos com a defesa da integridade territorial, do incremento da procura externa de certos produtos portugueses, da alta propensão ao consumo e da modificação nos seus padrões. Consequentemente, a pressão da procura global intensificava-se, provocando um vultoso acréscimo das importações de bens e serviços. Contudo, a balança geral de transações correntes da economia metropolitana com o estrangeiro e o Ultramar averbava um excedente líquido importante, a que acrescia um outro, ainda maior, da balança de operações de capital (Banco de Portugal 1967, pp. 255-260).

No ano seguinte, em 1967, a situação económica melhorava ligeiramente. No ano em que entrava em execução o III Plano de Fomento, a taxa de aumento do produto interno bruto foi superior ao ano anterior (cfr. tabela III), em consequência não só da recuperação do produto originário dos sectores da agricultura e pesca, mas também da continuidade do crescimento do produto das atividades terciárias. Por outro lado, persistia o movimento ascensional da procura global de bens e serviços no mercado interno. Essa evolução da procura global ter-se-ia expressado principalmente em termos de bens e serviços de consumo, visto que, apesar do importante afluxo de capitais de origem externa, teria diminuído a formação bruta de capital fixo. Atenuavam-se as pressões inflacionistas e as exportações de bens e serviços superavam as importações o que resultava, juntamente com a forte subida do saldo das transferências privadas e não obstante a contração do saldo positivo das operações de capitais, numa elevação apreciável do superavit global da balança de pagamentos externos do ano anterior (Banco de Portugal 1968, pp. 256-260).

Tabela III – Produto Interno Bruto (ótica da produção) – preços correntes (Milhões de escudos)

	1961	1962	1963	1964	1965	1966
	92648	103987	107438	116626	135681	144812
1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973
162217	175432	188229	212358	245768	289955	342817

Fonte: Séries Longas para a Economia Portuguesa

Em 1968, na senda dos anos anteriores, a economia caracterizava-se pela «insuficiência relativa da oferta interna», pela sua incapacidade de dar resposta, mais ou menos imediata e proporcionada, às solicitações, quantitativas e qualitativas, da procura global. Nesse âmbito, o equilíbrio entre a procura e a oferta globais continuavam a operar-se ao nível mais elevado dos preços, denunciando a persistência da tensão inflacionista. Da conjugação dos movimentos das importações e exportações de bens e serviços com os das transferências privadas e das operações de capitais, resultava uma diminuição do excedente da balança de pagamentos externos da Metrópole e uma quebra do saldo positivo da balança geral de pagamentos internacionais da zona do escudo (Banco de Portugal 1969, pp. 231-236).

A produção global de bens e serviços não teve variação significativa em 1969, o que indiciava que a economia metropolitana não retomara ainda a tendência evolutiva que se interrompera em 1966, mesmo com aumento do investimento no sector público. À insuficiência relativa da oferta interna e da produção nacional contrapunha-se uma maior e crescente procura. O equilíbrio final entre a procura e a oferta globais verificou-se em 1969 um nível mais alto de preços do que o de 1968, o que contribuía para as tensões inflacionárias na economia nacional (cfr. tabela IV). Em resultado das variações dos valores das importações e exportações de bens e serviços, das transferências privadas e das operações de capitais, o excedente da balança de pagamentos externos da Metrópole diminuiu em 1969, tal como o *superavit* da balança de pagamentos internacionais da zona do escudo (Banco de Portugal 1970, pp. 241-244).

Tabela IV – Evolução da inflação (taxa de variação)

1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973
1,9	2,6	1,8	3,5	3,4	5,3	5,3	6	9	6,4	11,9	10,6	13,1

Fonte: PORDATA

Em 1970, em virtude de fatores como a maior expansão do produto das indústrias transformadoras, da construção, dos transportes e comunicações e diversos outros serviços, o valor do produto interno bruto crescia a cadência mais acentuada do que no ano anterior, tendo mesmo excedido a dos acréscimos obtidos, em média, no triénio de 1967 a 1969; e, sendo assim, a economia metropolitana retomava a tendência evolutiva interrompida em 1966. Persistiam todavia comportamentos relativamente desfavoráveis em diversos sectores, com relevância para o das atividades primárias, quer pela sua representação no conjunto, quer pela extensão das suas repercussões diretas e indiretas. As tensões inflacionistas atenuavam-se relativamente ao ano anterior e a balança de pagamentos externos da Metrópole tinha uma nova redução do excedente global (cfr. tabela V). Para esta evolução terá concorrido, em medida apreciável, a continuidade dos desequilíbrios de pagamentos externos das províncias de Angola e Moçambique. Contudo, devido principalmente ao comportamento

das transações entre a Metrópole e o estrangeiro, a balança de pagamentos internacionais da zona do escudo apresentava em 1970 um excedente final mais elevado do que no ano anterior (Banco de Portugal 1971, pp. 239-243).

Tabela V – Balança de Pagamentos (*milhões de escudos*)

	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973
Transações correntes	-7870	-1192	-1317	56	-460	1924	4866	1193	4693	1713	3894	8627	6550
Movimentos de capitais	5493	6233	3184	3082	1002	3244	2403	2644	-794	-104	1733	-3779	6550
Ações monetárias	2377	-5041	-1867	-3138	-2226	-4028	-4589	-4416	-2490	-2225	-9244	-7665	-9834

Fonte: Estatísticas Históricas portuguesas, Vol.II, INE, 2001

A evolução da economia portuguesa, em 1971, não divergia significativamente da que se observava ao longo da maior parte década anterior. O equilíbrio entre oferta e procura globais operava-se a nível mais alto dos preços médios, evidenciando a persistência de um processo inflacionista e originando novas pressões no sentido da elevação dos salários. A procura interna aumentava consideravelmente, principalmente em virtude da expansão das despesas dos consumidores em bens e serviços e das despesas correntes, civis e militares, do Estado, mas também devido à progressão das exportações de bens e serviços. A produção nacional aumentava a taxa bastante sensível, por expansão do produto das indústrias transformadoras e construção e da generalidade dos serviços, em conjugação com a melhoria dos resultados

da atividade agropecuária. Com o crescimento da produção nacional terão aumentado em 1971 os rendimentos disponíveis, a que se juntaram os transferidos do exterior e os fundos correspondentes a capitais importados. A balança geral de pagamentos internacionais apresentava um elevado excedente, contribuindo para a expansão dos meios totais de pagamento internos. No relatório do Banco de Portugal que trata esse ano, assumiam-se de especial relevância para a política conjuntural os seguintes objetivos:

- a. Crescimento mais rápido e maior diversificação da produção nacional de bens e serviços;
- b. Elevação sensível do ritmo da formação de capital fixo, com melhoria na distribuição sectorial;
- c. Aperfeiçoamento dos circuitos de comercialização interna e desenvolvimento dos processos atinentes a alargar os mercados externos de produtos nacionais;
- d. Fomento da formação de aforro nacional, mobilização, mais extensa e adequada, dos recursos existentes e afluxo de capitais estrangeiros especialmente para financiamento, direto ou indireto, da expansão e aperfeiçoamento de certos sectores e da criação de novos;
- e. Melhoria da formação profissional da mão-de-obra e da sua produtividade;
- f. Intensificação dos esforços com vista a adaptar as estruturas e mecanismos de funcionamento dos mercados monetário e financeiro, em especial no que respeita a fundos capitalizáveis a médio e longo prazo. (Banco de Portugal 1972, pp. 242-246).

Estes objetivos pretendiam mostrar que a “política conjuntural deverá traduzir-se por um conjunto de providências inter-relacionais e referidas aos mais diversos domínios da atividade económica”, i.e., uma visão estratégica global (Banco de Portugal 1972, pp. 242-246).

A evolução da economia metropolitana não divergiu significativamente, em 1972, da que se registava nos últimos anos. Notava-se a tendência ascensional das despesas dos consumidores, e, em virtude das necessidades dos serviços civis e do esforço de defesa, as despesas correntes do Estado terão mostrado novo acréscimo em 1972, contribuindo assim para o sentido de expansão do consumo global. O equilíbrio final, em termos monetários, da procura e oferta globais operava-se a nível mais alto dos preços médios, evidenciando a persistência de sensível pressão inflacionista (Banco de Portugal 1973, pp. 240-244).

Em 1973 a evolução da economia manteve-se no rumo dos anos anteriores. As despesas dos consumidores, bem como as despesas correntes do Estado em bens e serviços, prosseguiram o seu movimento ascensional; por outro lado, a formação bruta de capital fixo e o investimento bruto manifestavam igualmente sensível acréscimo, contribuindo para um aumento do produto nacional bruto, mas também da procura global. O equilíbrio entre oferta e procura globais voltava a efetuar-se a nível mais elevado dos preços médios, verificando-se mesmo uma intensificação da pressão inflacionária. Por efeito da evolução das exportações

e importações de bens e serviços, conjugada com a de transferências de rendimentos de fatores de produção, de transferências privadas e de operações de capitais, proveio nesse ano novo excedente da balança geral de pagamentos externos, que se repercutiu, direta e proporcionadamente, no *stock* de meios de pagamentos internos, o que proporcionava a liquidez tão importante para alimentar o crescimento económico (Banco de Portugal 1974). Em 1974, com os acontecimentos de 25 de Abril, quase tudo mudava no país; e a economia não fugiu à regra.

3. Das razões para o “período de ouro” da economia portuguesa

Na diversa literatura existente sobre história económica é recorrente apelidar o período em análise como “período de ouro” da economia portuguesa (cfr. Silva Lopes 2005, ou Mata e Valério 1994). Das diversas razões que contribuíram para o crescimento económico português elencam-se aquelas que parecem mais significativas e que mais interessam para melhor compreender a evolução da economia.

Um dos mais importantes fatores foi o aumento da produtividade, a qual cresceu em média, entre 1961 e 1972, cerca de 4,2%, atingindo níveis só ultrapassados pelo “tigres asiáticos”. Neste âmbito, os setores mais dinâmicos da indústria foram as químicas (refinação de petróleo, adubos e fibras artificiais) e as metalomecânicas, bem como a produção de máquinas, material elétrico e de transporte, principalmente as atividades de reparação naval e de aeronaves (Mateus 1998, p. 79). Relacionado com este aumento da produtividade esteve a transformação das estruturas produtivas, sendo possível constatar, nas décadas de 50 e 60, uma forte redução da proporção de mão-de-obra no setor primário (de 49%, em 1950, para 34%, em 1973), redução essa também ligada ao significativo aumento da escolarização; neste âmbito, as reformas no ensino técnico operadas em finais da década de 40 tiveram naturais repercussões nas décadas seguintes, contribuindo para o aumento significativo do número e da qualidade da oferta de operários e técnicos a nível elementar e médio. Não menos importante foi também o aumento da taxa de escolarização no ensino secundário, que entre 1960 e 1974 subiu 12,9% para 28% e da taxa no ensino superior que subiu de 5,5% para 13,5% nesse período (Mateus 1998, p. 84).

Um outro aspeto fundamental para o sucesso económico foi naturalmente a criação e a dinamização das ligações económicas com a Europa e com o resto do mundo. Portugal esteve ausente das mais importantes conferências que prepararam a nova ordem económica internacional do período do pós-guerra, em particular da Conferência de *Bretton Woods* de 1944⁶. O país começou a abandonar o isolacionismo do pós-guerra e a participar nos movimentos de internacionalização políticos e económicos em 1948, na qualidade de membro fundador da OECE (Organização Europeia para a Cooperação Económica) ao

⁶ Onde se organizou o novo sistema monetário internacional assente no regime do padrão-divisas-ouro e criou o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), da Conferência de Havana de 1947, que preparou a nunca aplicada Carta de Havana sobre o comércio internacional, e das negociações de Genebra de 1947, que conduziram ao Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio (GATT).

mesmo tempo que se integrava no esquema de câmara de compensação da União Europeia de Pagamentos (UEP), em 1950.

Com a divisão da OECE, em 1960, em dois blocos comerciais – Comunidade Económica Europeia (CEE) e a Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA) – Portugal opta pelo segundo. As principais razões da escolha prendem-se com as regras mais restritivas da CEE quanto à eventual formação de uma outra zona de comércio livre distinta – que incluía Portugal e as suas províncias ultramarinas; os receios de choque económico que poderia resultar da adesão a uma união aduaneira (CEE) que abrangia as economias europeias mais desenvolvidas; e alguns receios quanto aos objetivos não-económicos (i.e. políticos) da Comunidade Europeia e suas implicações na vida política interna. A escolha pela EFTA permitia igualmente não ficar ausente do processo de integração europeia, evitando assim eventuais problemas para as exportações portuguesas em virtude da política pautal das áreas comerciais europeias. Esta opção foi importante pois a sua participação na EFTA foi um dos fatores mais importantes subjacente ao crescimento das exportações a uma taxa de 19% ao ano, no período 1960-1972 (Mata e Valério 1994, p. 206).

Como dois dos países membros da EFTA, a Grã-Bretanha e a Dinamarca deixaram em 1973 esta organização para se tornarem, juntamente com a Irlanda, membros da CEE, Portugal teve de negociar um tratado de associação com essa organização para preservar os laços comerciais com os seus ex-parceiros da EFTA, tratado esse assinado em 1972. Neste quadro de internacionalização⁷ da economia portuguesa convém referir que a participação de Portugal no FMI e no Banco Mundial foi aprovada em Novembro de 1960 e, em Abril de 1962, o país assina o protocolo de adesão ao GATT, que havia sido institucionalizado em Janeiro de 1948. O recurso a outros capitais externos (na forma de empréstimos a sindicatos de bancos estrangeiros, ou através da emissão pública de euro-obrigações, etc.) assumiu maior dinâmica a partir de 1967, com a política de concessão de avales do Estado, o que lhe permitiu financiar obras com a barragem de Cahora-Bassa (Mateus 1998, p. 83).

Os Planos de Fomento⁸ foram sem dúvida um instrumento fundamental para o desempenho da economia neste período e um dos elementos mais importantes da política económica. Materializavam planos de investimentos⁹ e um conjunto de medidas obrigatórias para o sector público¹⁰, mas também tinham um carácter indicativo em termos de projeções macroeconómicas e de medidas de enquadramento para o sector privado. Dos

⁷ Os finais da década de 1950 e os começos da década de 1960 assistiram à reorganização das instituições europeias diretamente ligadas ao Plano Marshall. Entre 1955 e 1960 a UEP deu lugar ao esquema de convertibilidade plena do Acordo Monetário Europeu (AME). Em 1961, a OECE foi transformada na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), a qual passou a incluir membros não-europeus: a Austrália, o Canadá, os Estados Unidos da América e a Nova Zelândia; mais tarde também o Japão. Portugal continuou como membro tanto do AME como da OCDE (Mata e Valério 1994, p. 206).

⁸ Os planos eram elaborados por um departamento que foi sucessivamente alargado até constituir o Secretariado Técnico da Presidência do Conselho. Tinham uma ampla participação de associações patronais e empresas públicas e eram discutidos na Assembleia Nacional. A sua execução anual foi articulada com a preparação e execução do Orçamento do Estado (Mateus 1998, p. 88).

⁹ Dos que se destacam as obras públicas (v.g. portos, aeroportos, e redes rodó e ferroviárias) e a formação de empresas em conjunto com capitais privados (v.g. TAP, Siderurgia Nacional, RTP, Metropolitano de Lisboa) (Mata e Valério 1994, p. 210).

¹⁰ Neste âmbito, e sobre as vantagens do investimento infraestrutural, é interessante ver a perspetiva de Aghion e Schankerman (cfr. Sousa 2010).

cinco planos¹¹ realça-se o III Plano de Fomento, direcionado para a necessidade de uma política de promoção de exportações, que abandona o modelo de crescimento baseado na orientação interna (*inward orientation*) para uma visão baseada nas vantagens comparativas e na concorrência internacional. Foi a nítida tentativa de aplicação do “*export led growth model*” à economia portuguesa no sentido de a desenvolver. Durante a execução deste plano, a taxa de investimento subiu de 27% para 36%, perto do máximo histórico atingido em 1974 (37%), sendo também durante este plano que se lançou o polo industrial de Sines, a primeira experiência de desenvolvimento regional integrado tentada em Portugal (Mateus 1998, pp. 88-89).

Um outro aspeto que permite explicar o crescimento económico português foi o impacto da emigração. O número de emigrantes totais subiu de 34 mil em 1957 até atingir um máximo de 180 mil, em 1970. O impacto desse enorme fluxo migratório na balança de pagamentos foi essencial para financiar o défice da balança de bens e serviços. As transferências privadas a crédito (remessas de emigrantes) subiram de cerca de 2,5 biliões de francos franceses em 1960 para 11,7 biliões em 1973. Enquanto no período 1960-1963, apenas cobriam cerca de 54% daquele défice (devido aos custos com a guerra colonial), a partir de 1966 as remessas passam a cobrir a totalidade do défice. Em termos do PIB, o seu acréscimo passa de 3% em 1960 para 8,2% em 1972 (Mateus 1998, pp. 99-97). Naturalmente que a emigração, associada às necessidades humanas para alimentar o enorme contingente militar que a guerra impunha, contribuía também para manter taxas de desemprego baixas, o que contribuía para a expansão económica portuguesa.

Tabela VI – População e desemprego

	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967
População residente	9031	9020	9082	9123	9129	9109	9103
Taxa de Desemprego	3,0%	3,2%	3,3%	3,4%	2,6%	1,8%	2,5%
	1968	1969	1970	1971	1972	1973	
População residente	9115	9097	9044	8990	8970	8976	
Taxa de Desemprego	3,1%	2,6%	2,7%	2,4%	1,8%	1,4%	

Fonte: Séries Longas para a Economia Portuguesa

¹¹ I Plano de Fomento (1953-58); II Plano de Fomento (1959-64); Plano Intercalar (1965-66); III Plano de Fomento (1967-73); e IV Plano de Fomento (1974-79), que apenas teve um ano de execução.

Apesar de discutível contribuição para o crescimento da economia portuguesa, impõe-se uma referência à legislação com vista à organização de uma zona de comércio livre e de uma união monetária entre Portugal e as suas províncias. Estava previsto nesta legislação a abolição, até finais de 1971, dos direitos aduaneiros e das restrições quantitativas ao comércio interterritorial¹². Ao mesmo tempo, a intenção passava por criar um sistema de câmara de compensação para assegurar a paridade unitária entre as unidades monetárias de cada uma das parcelas que constituíam o país. Neste quadro, o escudo português era a unidade monetária em todas as parcelas do território português, mas havia circulações monetárias distintas, sendo o Banco de Portugal o banco emissor em Portugal, o Banco de Angola o banco emissor em Angola e o Banco Nacional Ultramarino o Banco emissor nas restantes províncias ultramarinas. Contudo, segundo Mata e Valério, o esquema no seu conjunto foi um fracasso (1919, 207) e, em finais da década de 1960 o montante de pagamentos atrasados estava a tomar-se insustentável. Razões políticas associadas à manutenção dos territórios ultramarinos justificavam que este espaço económico se mantivesse, porém, os prejuízos acumulavam-se de forma significativa o que se repercutia de forma negativa na economia e não permitia aproveitar condições mais atrativas noutros mercados (como por exemplo, preços mais baixos de produtos tropicais doutros mercados, ou outros destinos mais vantajoso para as exportações portuguesas, com maior poder de compra).

Tabela VII – Comércio especial da Metrópole (em milhões de escudos)

	IMPORTAÇÃO			EXPORTAÇÃO			TOTAL		
	Ultramar	Estrangeiro	Total	Ultramar	Estrangeiro	Total	Ultramar	Estrangeiro	Total
1961	2367	16496	18863	2176	7197	9373	-191	-9299	-9490
1962	2122	14708	16830	2391	8241	10632	269	-6467	-6198
1963	2701	16165	18866	2858	9166	12024	157	-6999	-6842
1964	3229	18652	21881	3756	11058	14814	527	-7594	-7067
1965	3651	22902	26553	4140	12433	16573	489	-10469	-9980
1966	3942	25464	29406	4197	13615	17812	255	-11849	-11594
1967	4155	24980	29135	4954	14731	19685	799	-10249	-9450
1968	4615	26265	20880	5342	15709	21051	727	-9556	-8829
1969	5065	30318	35383	5998	17651	23649	933	-12667	-11734
1970	6506	383219	44725	6676	20515	27191	170	-17704	-17534
1971	6802	44135	50937	6431	23258	29689	-371	-20877	-21248
1972	6720	52835	59555	5146	29915	35061	-1574	-22920	-24494
1973	7394	65789	73183	6611	38148	44759	-783	-27641	-28424

Fonte: Relatórios do Banco de Portugal 1961-1973

¹² Embora cada território mantivesse as suas pautas aduaneiras no comércio com outros países.

Durante o período em análise, as finanças públicas portuguesas conseguiram manter um importante equilíbrio nos seus saldos, apesar do aumento das despesas (cfr. tabela VIII e IX). Para esse aumento contribuíram diversos fatores. Além da natural subida dos salários da função pública em face do aumento dos preços, e das enormes despesas militares com a guerra, os níveis mais elevados de desenvolvimento económico faziam subir as despesas porque aumentavam a procura dos serviços do Estado.

Tabela VIII – Resultados finais das contas públicas (em milhões de escudos)

	RECEITAS			DESPEASAS			SALDO
	Ordinárias	Extraordinarias	Total	Ordinárias	Extraordinárias	Total	
1961	10812,3	3130,0	13942,3	8005,1	5935,7	13940,8	1,5
1962	11355,4	3827,9	15183,3	8295,7	6885,7	15181,4	1,9
1963	12002,0	3850,2	15852,2	8886,5	6963,9	15850,4	1,8
1964	13111,8	4386,7	17498,5	9594,7	7902,3	17497,0	1,5
1965	15173,5	2984,3	18157,8	10424,4	7630,6	18055,0	102,8
1966	16942,5	2793,7	19736,2	11585,9	8035,2	19621,1	115,1
1967	19896,6	3564,3	23460,9	13078,6	10279,9	23358,5	102,4
1968	21827,9	3939,9	25767,8	13887,3	11306,0	25193,3	574,5
1969	24631,3	4093,1	28724,4	15107,7	12605,8	27713,5	1010,9
1970	29729,3	3022,0	32751,3	17633,5	14102,1	31735,6	1015,7
1971	32285,3	4644,4	36929,7	19650,1	16997,7	36647,8	281,9
1972	36214,3	5889,0	42103,3	22990,8	17876,8	40867,6	1235,7
1973	40341,7*	538,6*	40880,3	20834,0*	15166,5*	36000,5	4879,8

* - Resultados provisórios (meses de Janeiro a Novembro)

Fonte: Relatórios do Banco de Portugal 1961-1973

Em contraponto, a base tributária ia-se alargando à medida que cresciam os volumes de transações e de rendimentos, sendo de realçar as profundas alterações na fiscalidade, nomeadamente a criação do imposto de transações na primeira metade dos anos 1960 para compensar o declínio das cobranças alfandegárias e a reforma dos impostos diretos que entrou em vigor entre 1958 e 1965 (Lopes 2005, p. 273).

Neste âmbito das finanças públicas justifica-se por fim uma breve análise às despesas com a Defesa Nacional, dado o período em questão. As despesas com a guerra do ultramar

traduziam o enorme esforço financeiro que o país suportava, sendo possível constatar ao longo desse período o aumento gradual da despesa do Estado, bem como o natural aumento das despesas, ordinárias e extraordinárias, afetas ao setor da Defesa (cfr. Tabela IX). O aumento das despesas neste setor resultava da prioridade que era atribuída aos encargos com a Defesa, nomeadamente os que visavam a “salvaguarda da integridade territorial da Nação”, os quais sempre figuravam em primeiro na ordem de precedências estabelecida (cfr. OE 1961-1973).

Tabela IX – Evolução da despesa pública (orçamentada)¹³ do país com o setor da Defesa (em milhares de contos)

	Despesas Ordinárias			Despesas Extraordinárias ²			% Despesa total do Estado com o setor da Defesa
	Estado	Setor da Defesa ¹	%	Estado	Setor da Defesa	%	
1961	8126,9	1865	22,95%	3654	1658,4	45,4%	29,9%
1962	8238,7	1899,5	23,06%	4222,1	2190,2	51,9%	32,8%
1963	9034,9	1980,3	21,92%	5115,2	2587,9	50,6%	32,3%
1964	9596,2	2116,2	22,05%	5186,9	2600,8	50,1%	31,9%
1965	10712,1	2256,3	21,06%	6027,2	3515,6	58,3%	34,5%
1966	11026,5	2284,2	20,72%	6383,8	4005	62,7%	36,1%
1967	12605,4	2524,7	20,03%	7598,9	5341	70,3%	38,9%
1968	13663,7	2678,7	19,60%	8671,3	5607	64,7%	37,1%
1969	15286,9	2881,8	18,85%	10038,3	6332,4	63,1%	36,4%
1970	17846,6	3452,3	19,34%	10947,7	6363,4	58,1%	34,1%
1971	19617,9	3733	19,03%	12431,7	7035,1	56,6%	33,6%
1972	22065,8	3968,3	17,98%	14809,3	7587,9	51,2%	31,3%
1973	26498	4180,4	15,78%	17098,8	7720,3	45,2%	27,3%
Média	12605,4	2524,7	20,0%	7598,9	5341	56,6%	33,6%

¹ Envolvendo o Departamento de Defesa, a Secretaria de Estado da Aeronáutica e os Ministérios do Exército e da Marinha.

² Não incluindo as verbas dos diversos Planos de Fomento afetas ao setor da Defesa.

Fonte: Orçamentos de Estado 1961-1974

¹³ Não nos foi possível recolher dados quanto à despesa efetivamente realizada com o setor da Defesa, pelo que se apresentam apenas os dados orçamentais. No entanto, como se pode constatar da comparação com a tabela VIII, neste período, e relativamente ao Estado, a média da despesa ordinária realizada foi inferior (-2,2%) à da orçamentada, enquanto que a da despesa extraordinária realizada foi superior (+17%) à da orçamentada.

Da análise dos dados recolhidos (tabela IX) podemos inferir diversas conclusões. Relacionando percentualmente a despesa do Estado com a Defesa, verificou-se um aumento com a despesa deste setor até 1967 e um decréscimo daí em diante; percentualmente, em 1973, o país gastava menos com o setor da Defesa (27,3%) do que quando começou a guerra, em 1961 (29,9%).

Comparando a despesa ordinária com a extraordinária verificamos que enquanto no Estado a primeira foi superior à segunda (cerca de 40%), o mesmo não se passou no setor da Defesa, em que a despesa extraordinária foi superior à ordinária (em cerca de 53%). Este aumento da despesa extraordinária no setor da Defesa verificou-se, principalmente, na parcela atribuída para as Forças Militares Extraordinárias no Ultramar (OFMEU), correspondendo a 63,1% do total da despesa extraordinária com o setor da Defesa, no período da guerra. Das outras parcelas que absorveram despesa extraordinária neste período realçam-se o reequipamento extraordinário com o Exército e com a Força Aérea (11%), a aquisição de quatro navios escoltadores e quatro submersíveis (5,6%) e a construção da Base Aérea n. 11 e respetivo bairro residencial (4,69%).

O aumento das despesas extraordinárias com o setor da Defesa traduzia a resposta financeira da Nação às necessidades operacionais que a guerra suscitava e contribuía dessa forma para a materialização da capacidade adaptativa da decisão estratégica nacional, requisito fundamental para a condução com sucesso de qualquer confronto militar.

Conclusão

Resta, enfim, concluir acerca do que foi possível apurar. O contexto económico mundial no período entre 1961 e 1973 foi marcado, de uma maneira geral, por importantes dinâmicas, como as tentativas de integração económica, a liberalização das trocas de bens e serviços e o crescimento das economias atrasadas, mas também pelo aumento da inflação e por problemas cambiais. Perante tais dinâmicas a resposta das diversas economias foi diversa. Nas várias regiões do globo assistiu-se à criação de grandes espaços económicos, tendo os países mais desenvolvidos criado medidas para liberalizar as trocas de bens e serviços, para apoiar as economias subdesenvolvidas ou em desenvolvimento, para conter a inflação e acalmar as perturbações dos mercados cambiais. Os resultados dessas respostas, contudo, influenciados pelo que acontecia na esfera política, interna e internacional, foram também eles díspares, constatando-se sucessos e insucessos: a inflação disparou, a liberalização das trocas de bens e serviços não atingiu a extensão desejada e deflagrou uma crise financeira; contudo, foi possível constatar que a economia mundial cresceu, a integração económica ampliou-se e as economias mais pobres desenvolveram-se. Portugal, abandonando a sua postura isolacionista do pós-guerra integrou-se de forma harmoniosa e vantajosa neste sistema económico mundial o que também contribuiu para o notável crescimento da sua economia.

Esse crescimento deveu-se naturalmente a um conjunto de fatores. A economia portuguesa deixou para trás o ultrapassado «modelo de crescimento» baseado em salários

baixos e registou um crescimento superior à média do crescimento das economias dos países industrializados da Europa. A produtividade atingiu dos maiores níveis mundiais só ultrapassados pelos “tigres asiáticos”. A mão-de-obra nacional desenvolveu-se tecnicamente e especializou-se em novas áreas, traduzindo importantes aumentos no rendimento. As taxas de escolaridade dos diversos níveis de ensino elevaram-se a patamares até então nunca registados. Como membro pleno de diversas organizações económicas, conseguiu maximizar a sua condição integrante, salvaguardando os seus interesses nacionais, políticos e económicos, principalmente associados à manutenção do projeto político multiterritorial e à exportação e importação de bens e serviços. Conseguiu, através de um novo e eficaz modelo de planeamento económico – com base nos planos de fomento – construir infraestruturas fundamentais para o desenvolvimento nacional, aumentar as exportações e promover a economia privada. Conseguiu atrair investimentos e captar as remessas dos emigrantes. Teve ainda o enorme mérito de manter equilibradas as finanças públicas, principalmente a partir de meados da década de 60, o que lhe permitiu alimentar os enormes esforços que a guerra impunha.

Tal como se referiu no início deste artigo, a guerra de África representou, muito provavelmente, o maior esforço militar da História de Portugal, desenvolvida simultaneamente em três teatros de operações diferentes e com graus de resistência variáveis. Assentou no primado do direito e costumes de então que assistia ao Estado Português, era estrategicamente fundamentada, económica e financeiramente suportável, diplomaticamente complexa e militarmente sustentável; a solução para a guerra era principalmente política, mas também militar, psicossocial e económica. Neste “período de ouro” a economia portuguesa alimentou a guerra e alimentou-se dela, mas contribuiu sobremaneira para o potencial estratégico nacional e, conseqüentemente, para a materialização do esforço militar português.

BIBLIOGRAFIA

- Afonso, Óscar & Aguiar, Álvaro. 2005. A internacionalização da economia. In Pedro Lains (org.). *História Económica de Portugal, 1700-2000*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Banco de Portugal. 1962-1974. *Relatórios do Conselho de Administração: Gerências de 1961 a 1973*. Lisboa: Tipografia do Banco de Portugal
- Banco de Portugal. 1999. *Séries Longas para Economia Portuguesa: Pós II Guerra Mundial Volume I – Séries Estatísticas*. Lisboa: Departamento de Estudos Económicos.
- Cann, John P. 1998. *Contra-insurreição em África, 1961-1974: o modo português de fazer a guerra*. São Pedro do Estoril: Edições Atena.
- Costa, Leonor Freire & Miranda, Susana Munch & Lains, Pedro. 2011. *História Económica de Portugal: 1143-2010*. Lisboa: Esfera dos Livros.
- Ferreira, Manuel Ennes. 2005. O Império e as relações económicas com África. In Pedro Lains (org.). *História Económica de Portugal, 1700-2000*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

- Instituto Nacional de Estatísticas (INE). 2001. *Estatísticas Históricas portuguesas, Vol. II*. Lisboa: INE.
- Lopes, José da Silva. 2005. Finanças Públicas. In Pedro Lains (org.). *História Económica de Portugal, 1700-2000*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Mata, Eugénia & Valério, Nuno. 1993. *História económica de Portugal: uma perspetiva global*. Lisboa: Ed. Presença.
- Mateus, Abel. 1998. *Economia portuguesa desde 1910*. Lisboa: Ed. Verbo.
- Ministério das Finanças. 1961-1973. *Orçamento Geral do Estado*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Nunes, Manuel Jacinto. 1990. A economia portuguesa: anos 60-anos 90. *Documentos do IESF, n.º 1*. 39-49.
- Serra, António Almeida. 2003. Glossário de termos. Consultado em 07FEV14. Disponível em <http://www.iseg.utl.pt/disciplinas/mestrados/dci/dcipedgloss.htm>.
- Sousa, António Rebelo. 2010. Das Economias de Transição aos Novos Desafios da Integração. *Tempo Livre*.
- Sousa, António Rebelo. 2011. The Theory of Economic Relativity Applied to the International Economy and to Cooperation Policies. *Lusíada: Economia & Empresa*, n.º 13.
- Sousa, António Rebelo. 2013. Das limitações da aplicabilidade de um “export led growth model” a Portugal. *Lusíada: Economia & Empresa*, n.º 17.
- Weingast, Barry & Wittman, Donald (ed.). 2006. *The Oxford handbook of political economy*. Oxford: Oxford University Press.